



Relatório e Contas | Junho

## **IMGA Financial Bonds 3 ½ Y**

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto  
de Obrigações de Duração Limitada

**i m** gestão de ativos  
sgoic

# 2025

# Índice

---

<b>Relatório de Gestão</b>	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	10
Desempenho Fundos de Obrigações	13
Informação relativa à Gestão do Fundo	15
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	16
Eventos Subsequentes	17
Notas Informativas	18
<b>Balanço</b>	30
<b>Demonstração de Resultados</b>	33
<b>Demonstração de Fluxos de Caixa</b>	35
<b>Anexo às Demonstrações Financeiras</b>	37
<b>Relatório de Auditoria</b>	47



i m | g | a |

## Relatório de Gestão

↓

## Relatório de Gestão

### Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

### Balanço

### Demonstração de Resultados

### Demonstração de Fluxos de Caixa

### Anexo às Demonstrações Financeiras

### Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O fundo constitui-se como Fundo de Investimento Mobiliário de Obrigações, com duração limitada, com a denominação de “IMGA FINANCIAL BONDS 3 ½ Y – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações”.

O fundo tem um período de duração de 3 anos e 6 meses, ocorrendo a sua liquidação a 30 de novembro de 2026.

A Categoria A de Unidades de Participação do fundo constituiu-se em 1 de junho de 2023.

A Categoria R de Unidades de participação do fundo iniciou a comercialização a 20 de março de 2023, não tendo ainda sido constituída.

**Relatório de Gestão**

Nota Introdutória

**Síntese da Evolução dos Mercados**

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

**Balanço**

**Demonstração de Resultados**

**Demonstração de Fluxos de Caixa**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**Relatório de Auditoria**

Síntese da Evolução dos Mercados

O primeiro semestre de 2025 ficou marcado por elevados níveis de volatilidade, quer económica, quer nos mercados financeiros e respetivo aumento dos riscos de abrandamento severo do ritmo de atividade, em larga medida induzidos pelas políticas da nova Administração Trump.

Logo à partida, a expectativa era de desaceleração do ritmo de crescimento económico das principais economias mundiais, para um regime mais próximo do potencial. O ciclo económico previa-se, ainda assim, suportado por fundamentais resilientes, como a solidez do balanço das famílias e empresas na generalidade das economias desenvolvidas, por níveis ainda robustos de crescimento do rendimento real disponível, e pelo impulso relacionado com os cortes de taxas diretoras dos bancos centrais e as políticas orçamentais mais expansionistas em alguns países.

Apesar de as expectativas macroeconómicas não estarem desajustadas da realidade, o tema dominante do primeiro semestre de 2025 foi o impacto das políticas e da retórica da Administração Trump.

Efetivamente, desde o início do seu segundo mandato, Donald Trump executou um número recorde de ordens executivas, que incluíram desde a reversão de medidas/políticas da administração anterior, até à imposição de tarifas comerciais na persecução de múltiplos desígnios de política externa.

O recurso a este instrumento evoluiu em crescendo. Logo no dia da inauguração, Donald Trump emitiu um memorando denominado “America First Trade Policy” que instruiu a investigação de práticas comerciais injustas a vários departamentos governamentais, assim como a viabilidade da criação de um serviço externo de receitas para cobrar tarifas e outras receitas relacionadas com o comércio externo, e a análise das causas dos défices comerciais dos EUA e as suas implicações económicas para a segurança nacional, recomendando medidas como uma tarifa suplementar global para suprir tais défices.

Seguiram-se múltiplos anúncios de tarifas, que visaram numa fase inicial o México, o Canadá e a China (25%, 25% e 10%, respetivamente), no âmbito da crise de opióides nos EUA, que viriam a ser reforçadas no caso chinês para 20%. Foram ainda implementadas tarifas setoriais sobre os automóveis, o aço e o alumínio e mesmo, de forma mais mediática e extrema, tarifas “recíprocas” generalizadas com a quase totalidade dos parceiros comerciais dos EUA (excluindo a Rússia, Bielorrússia, México, Canadá e Cuba), que variaram entre um mínimo de 10% e um máximo de 50%.

A pressão diplomática/judicial doméstica e a resposta à reação tumultuosa dos mercados financeiros, estiveram na origem da “pausa” das tarifas recíprocas, anunciada por Donald Trump no dia 9 de abril. A referida pausa

fixou as tarifas recíprocas durante um período de 90 dias (até 9 de julho) num nível base de 10%.

Apesar da postura hostil dos EUA, as retaliações dos seus parceiros comerciais foram relativamente contidas, à exceção da China, que depois de igualar a tarifa recíproca dos EUA (34%), desencadeou uma escalada contínua de ambas as partes. Esta escalada culminou em tarifas de 145% cobradas pelos EUA e 125% de tarifa chinesa sobre os bens norte-americanos, níveis que ameaçaram paralisar as trocas comerciais, impactar o funcionamento das cadeias de abastecimento e mesmo uma recessão global.

Desde então, e até ao final do primeiro semestre, assistiu-se a um retrocesso relevante das tarifas dos EUA.

Depois de um período de suspensão das conversações entre os EUA e a China, cedências de ambas as partes relacionadas com o restabelecimento do fornecimento de bens e de outras matérias de cariz diplomático, permitiram reduzir drasticamente as tarifas cobradas por ambos os blocos, para 30% pelos EUA e para 10% pela China.

Não obstante, o nível médio de tarifas cobradas pelos serviços fronteiriços dos EUA permanece, mesmo depois do retrocesso das tarifas dos EUA sobre os bens provenientes da China, historicamente elevado. Depois de atingir um nível máximo estimado de aproximadamente 30% em abril, a tarifa média terminou o trimestre próxima de 15%, o que ainda assim representa o patamar mais elevado desde 1938. Nota adicional para o facto de estarem ainda pendentes tarifas setoriais, sobre os fármacos, a madeira, os semicondutores, o equipamento eletrónico, o cobre, etc., que poderão impulsionar o nível médio das tarifas dos EUA para níveis próximos ou mesmo acima de 20% nos próximos meses.

A imposição de tarifas originou um fenómeno de antecipação de importações, o que impulsionou as exportações de vários blocos económicos para os EUA e, consequentemente, também o perfil de crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2025. A União Europeia esteve entre os principais beneficiários deste fenómeno, com as exportações da região para os EUA a exibirem um crescimento de 74,1% em março, comparativamente ao nível de final de 2024 e de 64% em termos homólogos.

Destaque principal para o crescimento das exportações da Irlanda (+396,6% face ao período homólogo) e da Suíça (+342,9% em termos homólogos).

O impacto das políticas da Administração Trump à escala global não se resumiu à temática das tarifas comerciais. A postura adversa contra a União Europeia, no âmbito geopolítico, com destaque para o afastamento dos EUA da UE em matérias como o apoio militar à Ucrânia, teve implicações significativas na região. Desde logo, poucos dias após a vitória nas eleições na Alemanha, a 23 de fevereiro, a CDU iniciou conversações com o SPD para a formalização de uma coligação governativa e para a flexibilização do travão da dívida. O resultado das conversações seria revelado apenas alguns dias depois, com um acordo preliminar para um fundo de investimento em infraestruturas de 500 mil milhões – equivalente a cerca de 11% do PIB – e para o reforço substancial dos gastos em defesa.

De forma relacionada, foi igualmente lançada a iniciativa ReArm da UE, que entre outras medidas oferece assistência financeira para gastos em defesa e permite a ativação da cláusula de escape, um mecanismo de flexibilização que prevê um

desvio temporário das regras de disciplina orçamental para acomodar o aumento de gastos em defesa pelos Estados-Membro da união.

Em suma, a expectativa de maior impulso orçamental na região e de investimento/revitalização da competitividade da economia alemã originou perspectivas macroeconómicas mais benignas para a Área do Euro, embora maioritariamente numa perspetiva de médio-prazo.

Como referido anteriormente, o fenómeno de antecipação das tarifas comerciais significou distorções económicas significativas ao longo do primeiro trimestre de 2025. O PIB dos EUA contraiu 0,5% no primeiro trimestre do ano, o que correspondeu ao pior trimestre desde 2022. O consumo privado cresceu apenas 0,5%, o pior trimestre desta rubrica desde o pico da pandemia, impactada pelas condições meteorológicas desfavoráveis nos meses de janeiro e de fevereiro.

A formação bruta de capital fixo cresceu 1,3% no período, impulsionada pelo investimento em equipamento, potencialmente relacionado com a antecipação das tarifas. Ainda assim, as rubricas mais

impactadas por esse tema foram as importações (crescimento anualizado de 38%, que motivou um contributo negativo das exportações líquidas de -4,6%) e a acumulação de inventários (contributo de +2,6% para o crescimento anualizado do PIB no 1º trimestre).

Tendo em conta a origem da contração do PIB nos primeiros três meses do ano, muito baseada na antecipação de importações e em outros fatores transitórios, antecipa-se alguma recuperação no segundo trimestre. Ainda assim, é esperado um crescimento modesto no segundo semestre de 2025, fruto do impacto económico negativo da agenda económica da Administração Trump, assim como do menor ímpeto do investimento em estruturas e da menor dinâmica do mercado laboral.

Ao contrário dos EUA, a Área do Euro viu-se penalizada por um conjunto de fatores que condicionaram o seu ritmo de crescimento no período pós-COVID, entre os quais um menor impulso orçamental, o impacto da crise energética e o menor impulso associado ao investimento tecnológico.



Mais recentemente, a expansão orçamental, a queda dos custos energéticos e os cortes de taxas de juro do Banco Central Europeu deverão contribuir para um enquadramento económico mais favorável na região.

Por outro lado, apesar da retoma do ritmo de crescimento da Área do Euro nos últimos quatro trimestres, e em particular no primeiro trimestre de 2025 (+0,6% em cadeia), e de esta ter assentado num desempenho razoável do consumo privado, houve igualmente contributos significativos de rubricas de investimento impulsionadas pelo desempenho da Irlanda, a par do contributo relevante do crescimento das exportações no primeiro trimestre de 2025. É, assim, expectável que o ritmo de crescimento nos próximos trimestres seja mais modesto, com base na reversão parcial do crescimento das exportações e no impacto económico das tarifas comerciais dos EUA.

O crescimento de 1,2% em cadeia do PIB da China nos primeiros três meses de 2025 constituiu uma surpresa positiva para os investidores, assente no bom desempenho do consumo privado, na resiliência das exportações e no crescimento suportado do investimento não residencial. Não obstante,

continua a ser notório o papel dos estímulos orçamentais e monetários, com vista à dinamização da procura doméstica, sendo expectável o anúncio de estímulos adicionais até ao final de 2025. Em oposição, a situação vulnerável do mercado imobiliário manteve-se no decorrer do primeiro semestre e apesar das medidas estatais para estabilizar este segmento, não se projeta uma retoma relevante neste segmento até ao final de 2025.

A trajetória inflacionista manteve-se globalmente descendente ao longo dos primeiros seis meses do ano, embora no caso das principais economias desenvolvidas ainda em níveis próximos ou acima do objetivo dos bancos centrais.

Depois de leituras algo pressionadas entre dez-24 e jan-25, a inflação nos consumidores nos EUA retomou a trajetória de arrefecimento nos meses seguintes, o que contribuiu para o retrocesso da inflação homóloga para 3,4% em maio, próxima de mínimos desde o início de 2021. Embora a inflação no segmento dos serviços permaneça excessiva, em 3,4%, o seu nível é já algo inferior aos 3,9% no final de 2024.

Não obstante a evolução algo favorável da

inflação nos EUA ao longo dos últimos meses, são já visíveis alguns sinais de contágio das tarifas na inflação, uma tendência que se deverá acentuar nas leituras inflacionistas do terceiro trimestre do ano. Esta tendência estará não só relacionada com a transmissão (pelo menos parcial) das tarifas aos consumidores, mas também com o impulso inflacionista decorrente da depreciação do dólar. Por outro lado, a quebra da cotação das matérias-primas energéticas e da inflação nos serviços, em particular no segmento imobiliário, poderão anular parte da aceleração da inflação prospetivada para os EUA.

A inflação europeia confirmou as expectativas de retrocesso ao longo do primeiro semestre de 2025, com um abrandamento de 2,5% para 2% da inflação total, em termos homólogos, entre dezembro de 2024 e junho de 2025. Embora a inflação subjacente permaneça ainda acima do objetivo do banco central, também essa rubrica assinalou uma moderação de 2,7% para 2,3%, no mesmo período. À semelhança do caso norte-americano, também aqui a inflação nos serviços permanece pressionada (3,3%), embora igualmente numa trajetória

descendente desde o final de 2024 (4,0%), sendo expectável que a desaceleração do crescimento dos salários consolide o retrocesso da inflação nesta rubrica. A valorização do euro e a queda dos preços das matérias-primas energéticas estão igualmente entre os potenciais drivers das menores pressões inflacionistas esperadas no segundo semestre de 2025.

O perfil de desinflação e as perspetivas de continuidade deste processo na Área do Euro contribuíram para a postura ativa do Banco Central Europeu, com cortes acumulados de 100 pontos base da sua taxa diretora, para 2% em junho. De acordo com estudos empíricos do banco central, a sua taxa diretora estará agora no intervalo estimado (entre 1,75% e 2,25%) para a taxa de juro de equilíbrio/neutral. Tal deverá significar uma postura mais expectante do banco central no segundo semestre.

O BCE deverá ainda assim voltar a cortar a sua taxa diretora em 2025, com enviesamento para cortes adicionais em caso de abrandamento económico mais pronunciado ou de uma desaceleração mais significativa da inflação.

O perfil modesto da inflação justificou cortes pronunciados de outros bancos centrais, incluindo os 100pb do Banco Central da Dinamarca e os 50pb do Banco Central da Suíça, para 1,6% e 0%, respetivamente. Apesar dos níveis ainda excessivos da inflação, também o Banco de Inglaterra cortou as suas taxas diretoras em 50pb em 2025.

Numa perspetiva relativa, a missão da Reserva Federal dos EUA é francamente mais desafiante. Não obstante o progresso desinflationista atingido nos últimos meses, esta não só permanece acima do objetivo, como deverá acelerar no decorrer do segundo semestre do ano, o que, em combinação com o perfil ainda resiliente da generalidade dos indicadores de atividade, justificou a ausência de cortes de taxas diretoras pelo banco central, bem como a sua retórica mais cautelosa, pese embora os níveis ainda historicamente elevados da sua taxa de referência (4,5%).

Em contraciclo com os demais, o Banco do Japão voltou a subir a sua taxa diretora em janeiro, no seguimento da evidência de fortalecimento das pressões inflacionistas, embora estas dinâmicas ainda estejam pelo menos em parte relacionadas com a depreciação do iene.

O clima de incerteza macroeconómica e geopolítica descrito esteve na origem do aumento significativo da volatilidade dos mercados financeiros ao longo do primeiro semestre de 2025.

Embora os cortes de taxas de juro do BCE tenham mantido as taxas de juro de mercado ancoradas nas maturidades mais curtas dos emitentes da região (-22pb desde o início de 2025 na Alemanha), o aumento dos gastos em defesa e em infraestruturas, a perspetiva de aumento da emissão de dívida e a antecipação de maior crescimento potencial alimentou subidas das taxas de juro das maturidades mais longas e originou o aumento da inclinação da curva de rendimentos.

Assistiu-se assim a uma subida de 24pb das taxas de juro com maturidade a 10 anos da Alemanha, para 2,6%. A variação de taxas em França, Espanha e Portugal foi mais contida, o que originou estreitamentos dos respetivos spreads. A perceção de estabilidade política em Itália e o sucesso na gestão das necessidades de financiamento contribuíram mesmo para a queda da yield a 10 anos no primeiro semestre do ano, o que conduziu o respetivo *spread* contra a Alemanha a mínimos desde 2010 (87pb).

Nos EUA, o movimento a taxa de juro a 10 anos foi descendente (-34pb), para 4,23%. O prazo com maturidade a 2 anos assinalou uma quebra mais pronunciada, de 52 pb, fruto da expectativa de cortes de taxas diretoras pela Fed, com vista à minimização dos impactos económicos adversos da Administração Trump.

Os movimentos descritos das curvas de taxa de juro traduziram-se em ganhos para os índices governamentais, mais modestos para o índice europeu, que valorizou 0,52%, enquanto o índice de dívida agregada norte-americana ganhou 3,02% no semestre (em moeda local).

O desempenho da dívida empresarial europeia contou não só com o contributo dos níveis atrativos de taxas, mas igualmente do estreitamento adicional dos spreads de risco, tanto no segmento de investment grade como na dívida *high-yield* (-10 e -6pb no semestre), o que resultou em valorizações de 1,39% e 2,73%, respetivamente.

O segmento de dívida subordinada de financeiras esteve novamente em destaque pela positiva, com o enquadramento favorável para o setor a possibilitar estreitamentos adicionais dos *spreads* (25pb

no semestre) e um dos retornos absolutos mais pronunciados do segmento de rendimento fixo em euros (+4,2%).

Apesar da volatilidade exibida pela dívida empresarial *high-yield* dos EUA – relacionada com a evolução dos riscos de recessão – e da subida (marginal) do spread desse segmento no semestre, o nível absoluto de taxas (*carry*) e a queda da taxa de juro soberana contribuíram para ganhos de 4,6% no período. A dívida empresarial investment grade dos EUA valorizou 1,8% no semestre.

Ainda no rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes, em dólares, esteve em plano de destaque, fruto do *carry* atrativo, com rendibilidades entre 4,2% e 4,7% da dívida empresarial e soberana no semestre, respetivamente.

A trajetória de depreciação do dólar beneficiou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local e resultou numa valorização próxima de 12% desse segmento.

Apesar do enquadramento macroeconómico descrito e do surgimento de forças potencialmente disruptivas – como o *Deepseek* – os mercados acionistas dos EUA mantiveram-se resilientes e somaram ainda assim ganhos. Não obstante a compressão dos múltiplos dos principais índices, estes mantiveram-se suportados pelo crescimento resiliente dos resultados empresariais e pelo *guidance* ainda favorável, o que resultou em valorizações de 5,5% quer do S&P500 quer do Nasdaq.

O perfil de ganhos setoriais foi liderado pelos setores industrial (+11,96%), de telecomunicações (+10,6%) e de financeiras (+8,4%), com consumo discricionário (-4,2%) e de saúde (-2,0%) entre os piores. As

empresas de menor capitalização bolsista voltaram a estar pressionadas (-2,5%).

Na Europa, o índice MSCI valorizou 9,2%, impulsionado pela valorização das praças alemã (+20,1%) e espanhola (+20,7%), com o índice francês CAC entre os menos bem-sucedidos (+3,9%) no semestre.

Os títulos de menor capitalização bolsista beneficiaram da expectativa de maior dinamismo da procura doméstica europeia e somaram uma valorização semestral de 12,6%.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia esteve em plano de destaque contra o cabaz dos seus parceiros comerciais

e encerrou o período com uma apreciação de 5,9%, beneficiada pelas perspetivas mais favoráveis para o crescimento potencial da região.

Não obstante a diferenciação de políticas monetárias entre os EUA e a Área do Euro ao longo do primeiro semestre de 2025, o euro averbou ainda assim ganhos de 13,8% contra o dólar dos EUA, com base na deterioração das perspetivas económicas para os EUA, na erosão associada à trajetória orçamental e da dívida pública, bem como outras políticas nocivas da Administração Trump. O cabaz representativo das divisas de mercados emergentes valorizou cerca de 8% no primeiro semestre de 2025.

O índice agregado de matérias-primas valorizou 3,3% nos primeiros seis meses do ano, embora marcado por uma elevada disparidade de performances.

O segmento com maiores ganhos foi o de metais preciosos, com valorizações de 26% do ouro e de 25% da prata, acompanhados pela valorização de 23,5% do cobre. Apesar do insucesso de Trump nas negociações de paz entre a Rússia e a Ucrânia, e da intensificação das tensões geopolíticas no Médio Oriente, as perspetivas económicas mais fragilizadas e o aumento de produção da OPEP resultaram numa quebra superior a 8% da cotação do barril do brent.

**Relatório de Gestão**

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

**Principais Eventos**

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

**Balanço**

**Demonstração de Resultados**

**Demonstração de Fluxos de Caixa**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**Relatório de Auditoria**

Principais Eventos

**NOVAS ENTIDADES COMERCIALIZADORAS**

A **11 de abril** foi incluído o **Banco Bic Português** como entidade comercializadora da Categoria A do Fundo IMGA Money Market Eur.

**NOVOS FUNDOS**

● **IMGA Crescimento PPR/OICVM**

A **30 de abril** foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo IMGA Crescimento PPR/OICVM – Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma.

**ATUALIZAÇÕES/ALTERAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE**

● A **18 de fevereiro** foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos documentos constitutivos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

● A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2024.

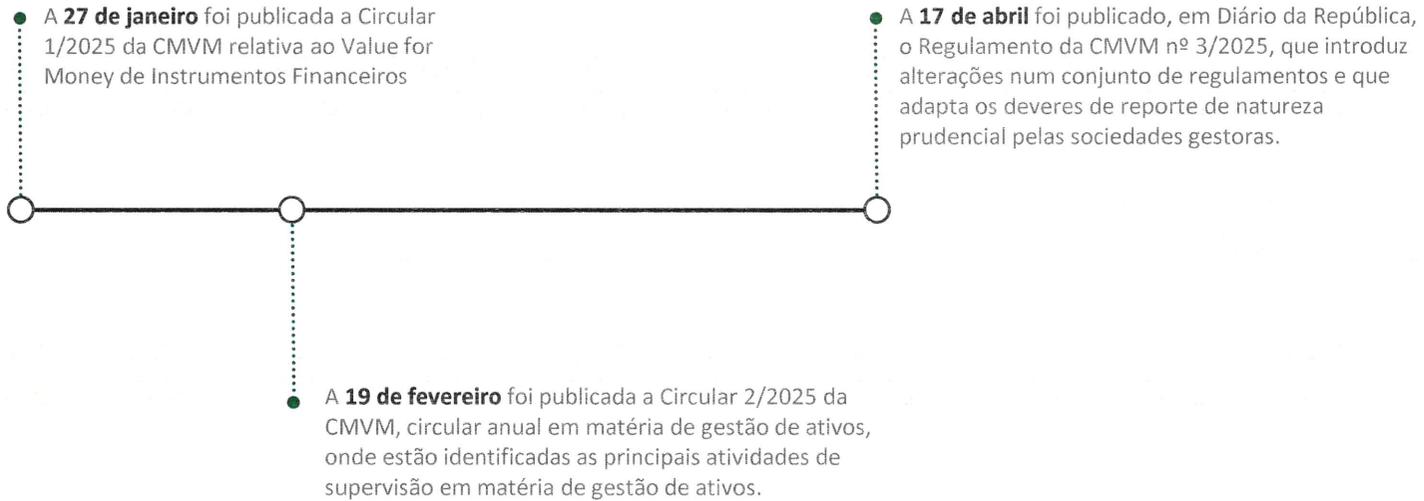
**INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE**

● A **30 de junho** foi publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2024.

**PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE**

● A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos IMGA.

## EVENTOS REGULATÓRIOS



## Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

### Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

### Balanço

### Demonstração de Resultados

### Demonstração de Fluxos de Caixa

### Anexo às Demonstrações Financeiras

### Relatório de Auditoria

Com a redução gradual das taxas de juro pelos bancos centrais, incluindo o corte de um total de 100 pontos base por parte do BCE em 2025, o contexto manteve-se relativamente favorável para os fundos de obrigações. O setor beneficiou também da diminuição dos spreads de crédito e de alguma estabilidade nos resultados das empresas.

Segundo a APFIPP, os ativos sob gestão no segmento de obrigações em Portugal aumentaram 12,8% no primeiro semestre de 2025, atingindo €4.308 milhões no final de junho. No universo da oferta da IMGA, os ativos sob gestão registaram uma ligeira redução neste segmento, passando de €902,8M em dezembro de 2024 para €894M em junho de 2025, o que traduz uma variação de -1% no semestre, em grande medida condicionada pelo vencimento de dois fundos com maturidade definida ao longo deste período.

No que diz respeito ao desempenho, as rendibilidades foram diferenciadas em função da composição dos ativos e das estratégias de cada fundo. Destaca-se, pela positiva, o IMGA Rendimento Mais,

que valorizou cerca de 1,8% na sua categoria institucional e 1,5% na de retalho, no semestre, beneficiando de uma yield mais elevada e do estreitamento dos spreads de crédito. Com comportamento não tão favorável esteve o IMGA Dívida Pública Europeia com uma performance quase nula no semestre.

Em termos de captação de investimento, os fundos de obrigações apresentaram subscrições líquidas que totalizaram €35M no semestre, evidenciando-se os fundos IMGA Euro Taxa Variável e IMGA Portuguese Corporate Debt evidenciaram-se com subscrições líquidas de €16,8M e €13,5M, respetivamente. No caso do fundo dedicado à dívida empresarial nacional, este crescimento dos ativos sob gestão representa um aumento de 57,3% face ao final do ano.

A alocação de ativos procurou manter uma abordagem equilibrada, centrada na qualidade do crédito e na procura de oportunidades seletivas, ajustando sempre a gestão ao contexto de mercado.

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	3,96%	0,92%	2	3,48%	0,93%	2	1,52%	0,98%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	3,96%	0,92%	2	3,45%	0,93%	2	1,51% (*)	0,98%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT I	4,37%	0,92%	2	3,83% (*)	0,94%	2	1,76% (*)	0,99%	2
CA RENDIMENTO	3,77%	0,56%	2	3,53%	0,95%	2	1,34%	1,10%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	4,39%	1,41%	2	3,79%	1,54%	2	1,09%	1,65%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	4,40%	1,41%	2	3,79%	1,54%	2	1,14% (*)	1,65%	2
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R	4,00%	1,39%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P	4,00%	1,39%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	3,04%	5,05%	4	0,94%	4,58%	3	-1,26%	4,21%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	3,04%	5,05%	4	0,96%	4,59%	3	-1,2% (*)	4,21%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT A	5,22%	2,76%	3	4,63%	2,93%	3	0,78%	2,89%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT I	5,74% (*)	-	-	5,16% (*)	-	-	1,29% (*)	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3Y 2,25% SERIE I CAT A	2,83%	0,30%	1	-	-	-	-	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3,5 Y CAT A	1,44%	1,59%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2026 SERIE I	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(\*) Considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

A Categoria A do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2026 Serie I, constitui-se em julho de 2024 pelo que não têm rendibilidade a 1 ano.

As Categorias R e P do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt constituíram-se, respetivamente, a 27 de junho de 2024 e 16 de maio de 2024, pelo que não têm rendibilidades a 3 e 5 anos.

Data de referência: 30 de junho de 2025

## Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

### Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

## Balanço

## Demonstração de Resultados

## Demonstração de Fluxos de Caixa

## Anexo às Demonstrações Financeiras

## Relatório de Auditoria

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por elevada volatilidade nos mercados financeiros, impulsionada por conflitos geopolíticos em várias partes do mundo - incluindo a guerra na Ucrânia, o conflito na Faixa de Gaza, crises humanitárias e tensões entre grandes potências económicas como os Estados Unidos e China – e ainda pela adoção e retaliação de políticas comerciais protecionistas e por ajustamentos das políticas monetárias dos principais bancos centrais.

Apesar de se manter resiliente, a economia americana começou a dar sinais de abrandamento, com o PIB a recuar 0,5% no primeiro trimestre de 2025. A imposição de novas tarifas comerciais pela Administração Trump reacendeu os receios inflacionistas e aumentou a incerteza quanto ao rumo da política monetária. Ao mesmo tempo, as preocupações em torno da sustentabilidade orçamental e do aumento da dívida pública penalizaram o mercado de *Treasuries*. Ainda assim, a robustez do mercado laboral tem permitido à Reserva Federal adotar uma abordagem cautelosa, sem pressa em avançar com novos cortes de taxas. Na Europa, o BCE continuou o processo de normalização da Política Monetária, contudo, os dados mistos (inflação subjacente elevada, crescimento fraco e instabilidade política) limitam o espaço para novos cortes.

Na frente europeia, o maior destaque vai para o *sell-off* histórico dos *Bunds* em março, após os anúncios de um vasto pacote de investimento em defesa por parte da Alemanha e da queda do *debt-brake*, o que se traduzirá num aumento significativo da dívida emitida pelo país nos próximos anos. Assim, as *yields* terminaram o semestre a subir de forma significativa nos médio e longo prazos, tendo caído nos prazos mais curtos, nas duas curvas de referência. A dívida periférica europeia manteve o bom desempenho, tendo-se destacado Itália pelos bons resultados de execução orçamental do governo de Meloni. França registou uma recuperação relativa, apesar do contexto político fragmentado.

No mercado de crédito privado, os *spreads* de *Investment Grade* mostraram resiliência, com pequenos estreitamentos de *spread* no semestre, enquanto o *High Yield* saiu penalizado pelos receios em torno do crescimento. Destaque positivo para o retorno total das classes mais arriscadas, nomeadamente AT1. O mercado primário manteve-se dinâmico, com forte procura por novas emissões, mesmo em períodos de maior incerteza. A resiliência dos emitentes não-financeiros e a qualidade dos ativos dos emitentes financeiros continuam a sustentar os *spreads*, apesar do elevado nível de incerteza que persiste para o segundo semestre.

A estratégia do Fundo IMGA Financial Bonds 3,5Y assentou na gestão do risco de crédito dos emitentes que o compõem, bem como em assegurar o reinvestimento dos títulos vencidos a taxas remuneratórias que não comprometam a capacidade de remunerar o cliente na totalidade do rendimento sinalizado. Dado tratar-se de um fundo com maturidade definida, a duração média do mesmo foi sendo reduzida ao longo do período dada a aproximação das datas de vencimento das obrigações que o constituem.

O desempenho do fundo durante o primeiro semestre de 2025 foi influenciado pela evolução dos prémios de risco de crédito, nomeadamente do setor financeiro. Por outro lado, a volatilidade das taxas de juro sem risco penalizou parcialmente a performance do Fundo.

No final do primeiro semestre de 2025, o Fundo IMGA Financial Bonds 3,5Y CAT A apresentou uma rendibilidade de -0,5% no semestre e 1,4% a 12 meses. O valor líquido global do fundo situou-se em €5,1M, praticamente estável face aos €5,2M de dezembro de 2024. As vendas líquidas foram negativas em €0,02M, com pequenos resgates.

O fundo efetuou uma distribuição de rendimentos aos seus participantes em maio deste ano no valor de €75.634,35.

**Relatório de Gestão**

- Nota Introdutória
- Síntese da Evolução dos Mercados
- Principais Eventos
- Desempenho Fundos de Obrigações
- Informação relativa à Gestão do Fundo

**Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade**

- Eventos Subsequentes
- Notas Informativas

**Balanço**

**Demonstração de Resultados**

**Demonstração de Fluxos de Caixa**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**Relatório de Auditoria**

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, em seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

**REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025**

Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 30/06/2025
<b>Comissão Executiva</b>			
Presidente e Administradores	156 898	284 354	3
Administradores independentes	21 750	-	1
<b>Conselho fiscal</b>			
Presidente e vogais	25 145	-	4
Colaboradores	Rendimento fixo	Rendimento variável	Número A 30/06/2025
Colaboradores	1 177 153	451 169	51

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2025.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €31.980

pelos serviços prestados nesse âmbito. No primeiro semestre de 2025 foram pagos €9.554 referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de

Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2024, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2025, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

## Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

## Eventos Subsequentes

Notas Informativas

## Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

30 de junho de 2025

● A **14 de agosto** foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40 – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações.

## Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

## Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Notas Informativas

## IMGA Financial Bonds 3,5Y - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

### Elementos Identificativos

**Tipo de Fundo:**

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

**Data de Constituição:**

01 de junho de 2023

**Sociedade Gestora:**

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

**Banco Depositário:**

Banco Comercial Português, S.A.

**Valor da Carteira:**

(30 de junho de 2025)

5 122 610 Euros

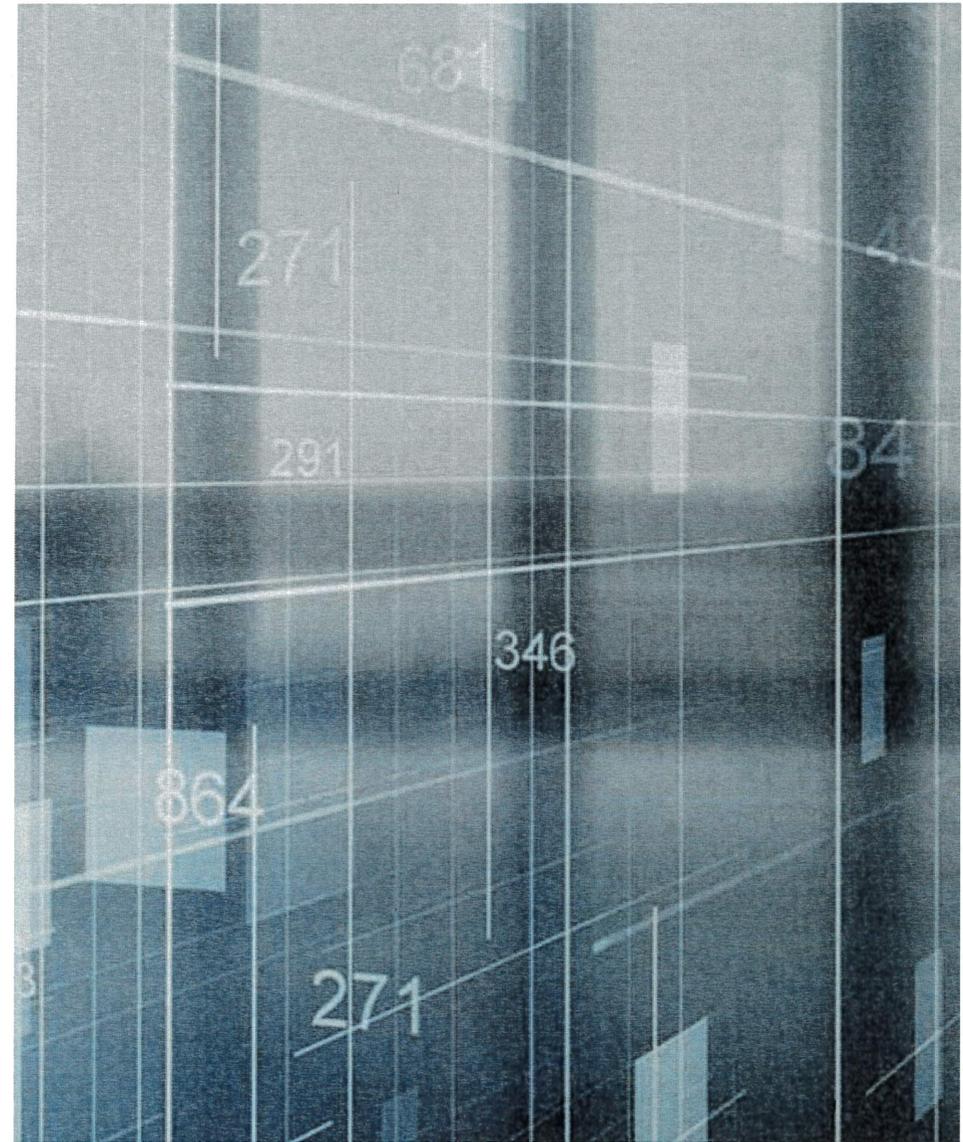
## EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2023	2024	Jun/2025
Rendibilidade	-	2,7%	-0,5%
Risco (nível)	-	2	2

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.



## POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo adotará uma política de investimentos que terá como objetivo assegurar, no termo da sua duração, a proteção do capital subscrito durante o período de subscrição inicial (sujeita à capacidade creditícia dos emitentes), bem como o pagamento de um rendimento anual de 3,5% no 1º ano de aniversário do fundo e um mínimo de 1,5% (taxa anual) nos 2º e no último ano de vida do fundo, (30 de maio de 2025 e 30 de novembro de 2026, respetivamente) calculado sobre o valor inicial da unidade de participação utilizada para efeitos de constituição do fundo (10 Euros). O último pagamento, a 30 de novembro de 2026, corresponderá a uma taxa efetiva de 2,25%.

O fundo deterá, no mínimo, 80% do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações.

Nos últimos seis meses de vida do fundo, e à medida que as obrigações em carteira vão maturando, o fundo poderá deter até 100% do seu valor líquido global em depósitos bancários e/ou outros instrumentos do mercado monetário.

O fundo poderá investir em obrigações de taxa fixa, expressas direta ou indiretamente em euros, emitidas por entidades privadas ou emitidos ou garantidos por entidades públicas ou por organismos internacionais de caráter público.

Os instrumentos de dívida referidos deverão apresentar, à data do investimento, uma qualidade de crédito medida pela notação de rating equivalente aos escalões das agências de *rating* considerados apropriados para investimento ("*Investment Grade*") atribuída por pelo menos uma agência internacional de referência, ou, não tendo notação atribuída, possua risco de crédito equivalente na ótica da entidade responsável pela gestão.

O património inicial do fundo será constituído por um mínimo de 15 emitentes e um máximo até 30 emitentes obrigacionistas das principais entidades financeiras Europeias e Norte-Americanas de dívida sénior, com notação creditícia de *Investment Grade*, atribuída por pelo menos uma agência internacional de referência, ou, não tendo notação atribuída, possua risco de

crédito equivalente na ótica da entidade responsável pela gestão. Os emitentes a cima referidos serão selecionados dentro da seguinte lista: LLOYDS BANKING GROUP PLC, AIB GROUP PLC UNICREDIT SPA, DEUTSCHE BANK AG, BARCLAYS PLC, BANK OF IRELAND GROUP, DANSKE BANK A/S, NTESA SANPAOLO SPA, BNP PARIBAS, CAIXABANK SA, UBS GROUP AG, NYKREDIT REALKREDIT AS, BANCO SANTANDER SA, NATWEST GROUP, LA BANQUE POSTAL, BANK OF AMERICA CORP, ERSTE GROUP BANK AG, ING GROEP NV, BANKINTER SA, WELLS FARGO & COMPANY, HSBC HOLDINGS PLC, SOCIETE GENERALE, CITIGROUP INC, BPCE SA, CREDIT MUTUEL ARKEA, BELFIUS BANK SA/NV, CREDIT AGRICOLE LONDON, KBC GROUP NV, BANCO BILBAO VIZCAYA ARG e BANCO DE SABADELL SA.

Caso a Entidade gestora antecipe alterações nas condições de mercado que inviabilizem o objetivo do fundo, este poderá investir em obrigações de outros emitentes, desde que mantenha o perfil de risco do fundo. Até 10% do seu valor líquido global, o fundo pode investir em unidades de participação de outros OIC compatíveis com o objetivo do

fundo, incluindo fundos de investimento geridos pela IM Gestão de Ativos. Para a gestão da liquidez necessária, o fundo poderá ainda ser acessoriamente constituído por numerário, depósitos bancários, aplicações em instrumentos de mercado monetário, nomeadamente, bilhetes do tesouro, certificados de depósito e papel comercial na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate das unidades de participação e a uma gestão eficiente do fundo, tendo em conta a sua política de investimentos. O fundo não investe, direta ou indiretamente, em ações ordinárias nem recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados.

A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência.

Os ativos são selecionados de entre a lista de emitentes acima referida, essencialmente considerando o seu potencial de retorno face à sua qualidade em termos de risco de crédito e ao contexto macroeconómico em que se inserem.

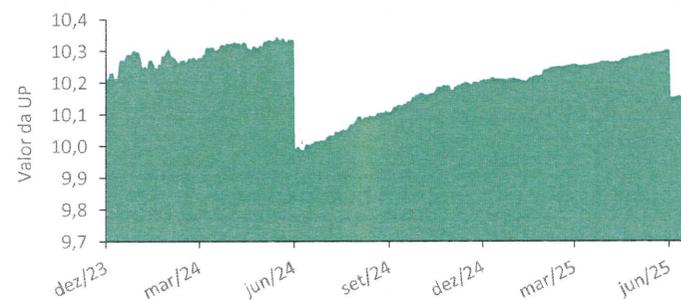
## EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Neste período o fundo efetuou duas distribuições, uma com referência ao fecho de maio de 2024 e outra com referência ao fecho de maio de 2025.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

Valor da UP



**EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP**

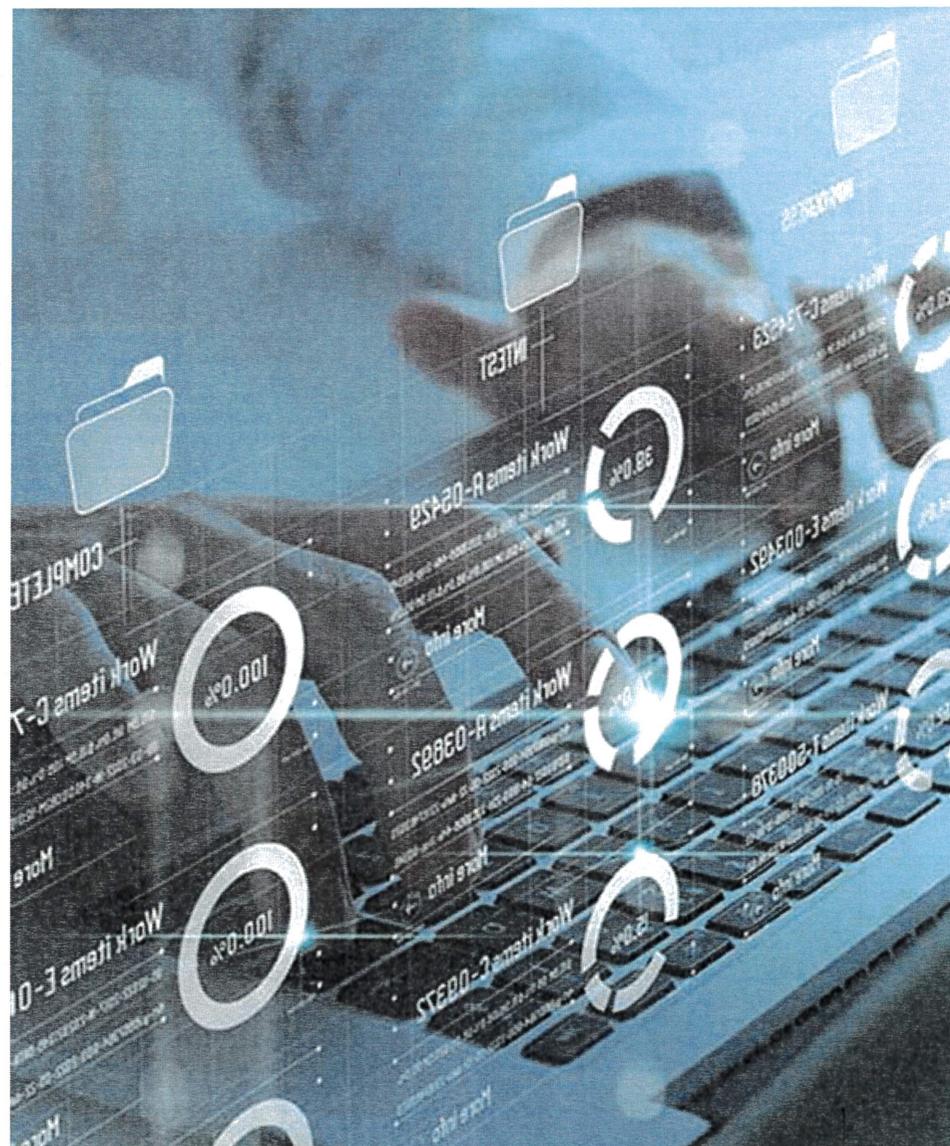
	31.12.2023	31.12.2024	30.06.2025
Nº. UP's em circulação	509 728,9850	506 228,9850	504 228,9850
Valor Unitário UP (Euro)	10,2945	10,2107	10,1593

## DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

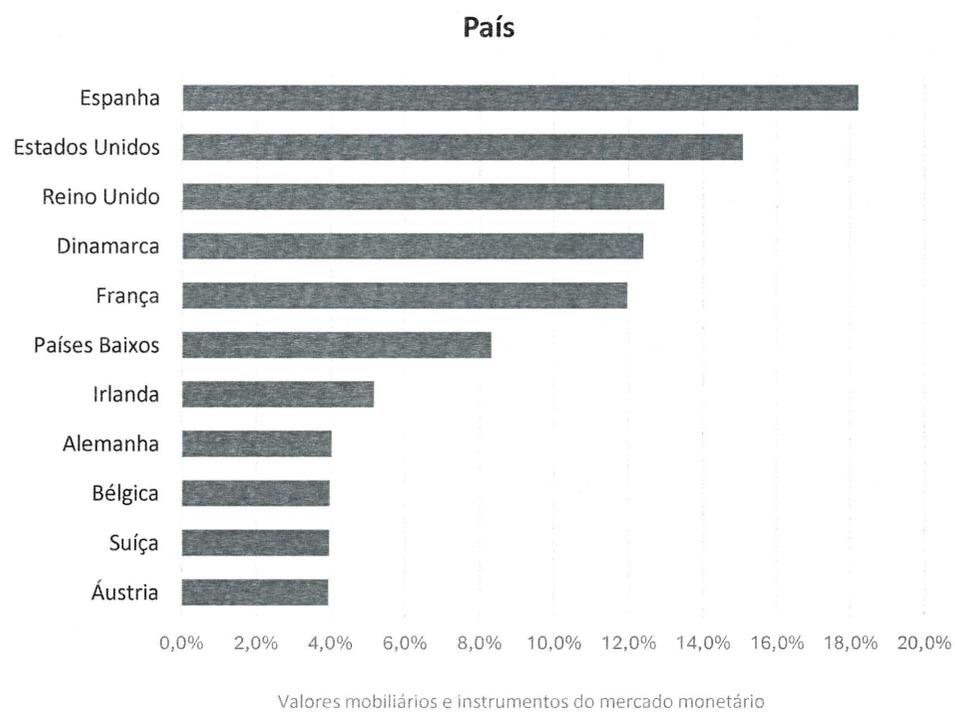
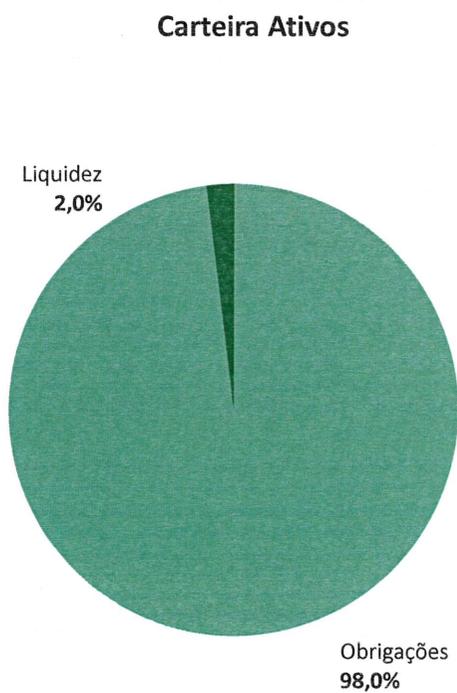
(Unidades: milhares €)

30.06.2025

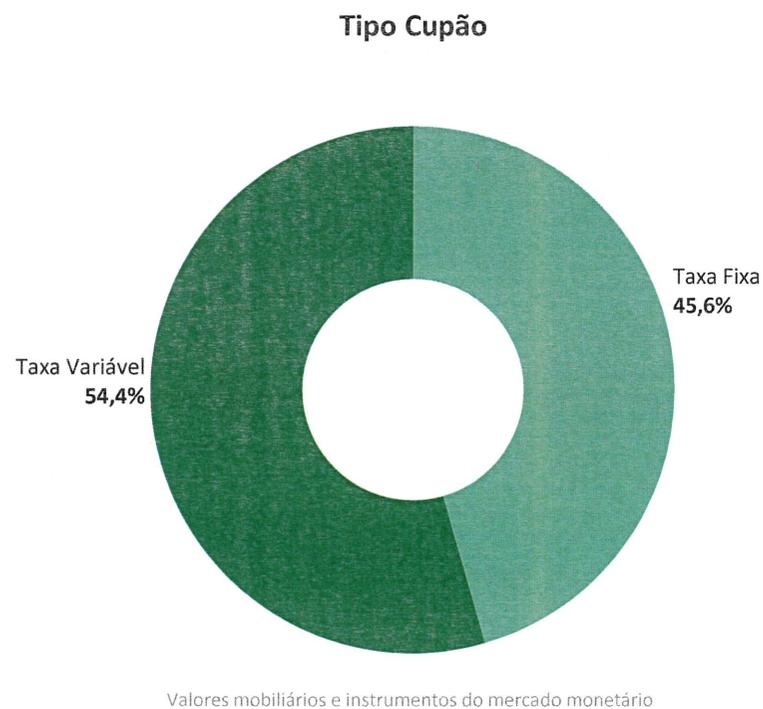
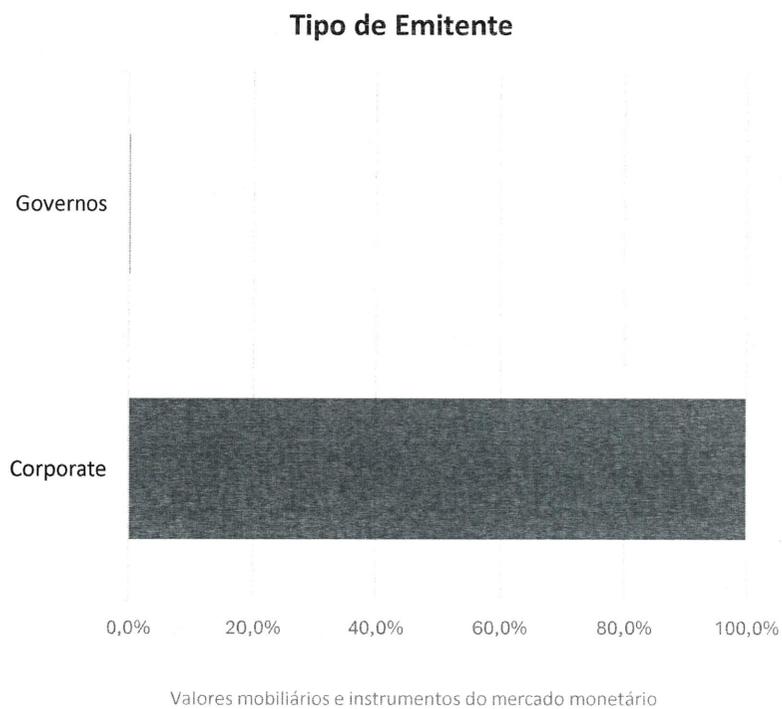
Valores mobiliários	4 958 001
Saldos bancários	115 167
Outros ativos	57 097
<b>Total dos ativos</b>	<b>5 130 266</b>
Passivos	7 655
<b>Valor Líquido de Inventário</b>	<b>5 122 610</b>



## COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA



### COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA



**TÍTULOS EM CARTEIRA**

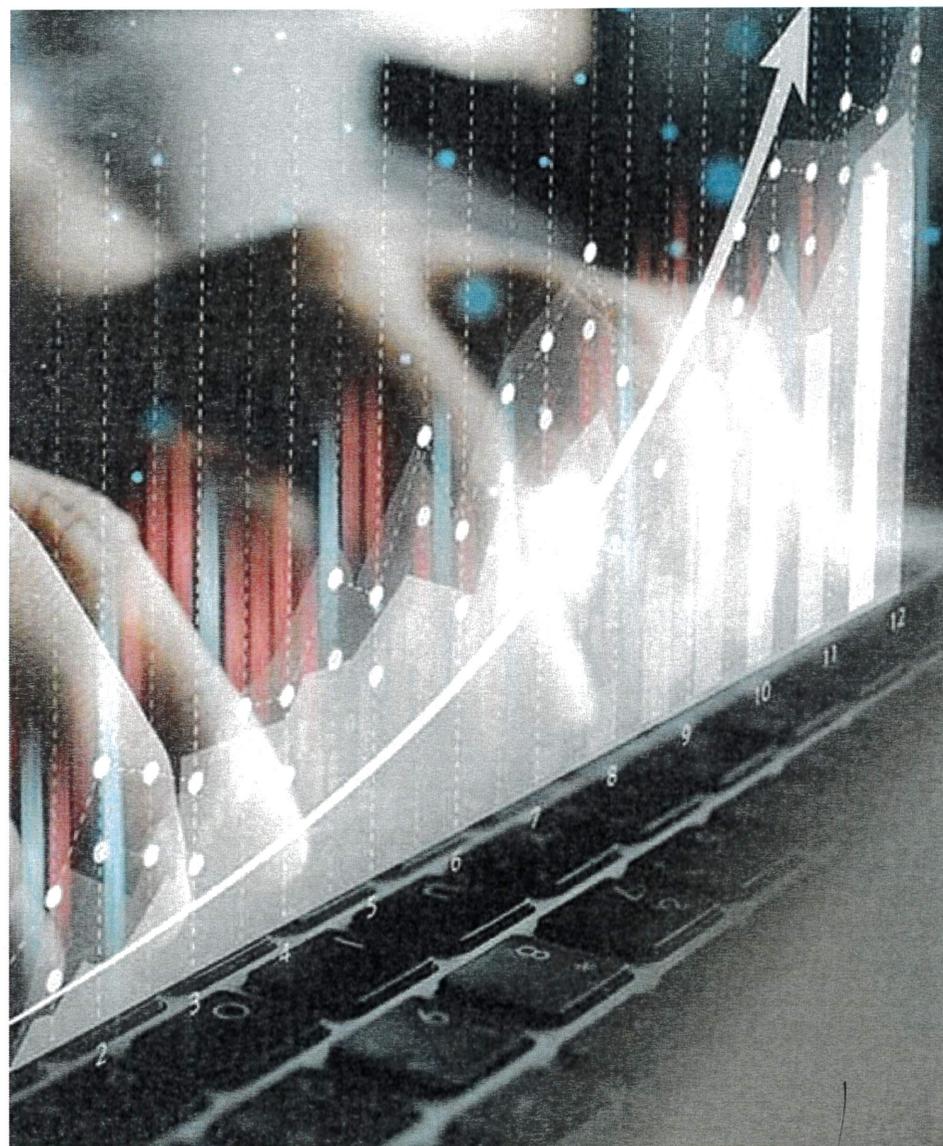
(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>							
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	4 272 522	237 963	362	4 510 123	52 505	4 562 629	91%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	422 448	25 430	-	447 878	4 592	452 470	9%
<b>TOTAL</b>	<b>4 694 970</b>	<b>263 393</b>	<b>362</b>	<b>4 958 001</b>	<b>57 097</b>	<b>5 015 098</b>	<b>100%</b>

## INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

<b>Rendimentos</b>	
Rendimentos do investimento	43 823
Outros investimentos	818
Mais-valias de investimento	48 527
<b>Custos</b>	
Custos de gestão	(32 024)
Custos de depósito	(1 537)
Outros encargos, taxas e impostos	(4 397)
Menos-valias de investimentos	(5 157)
Custos de negociação	(261)
<b>Lucro líquido</b>	<b>49 793</b>
<b>Lucros distribuídos</b>	<b>(75 634)</b>
<b>Aumento ou diminuição da conta de capital</b>	
Subscrições	-
Resgates	(20 461)



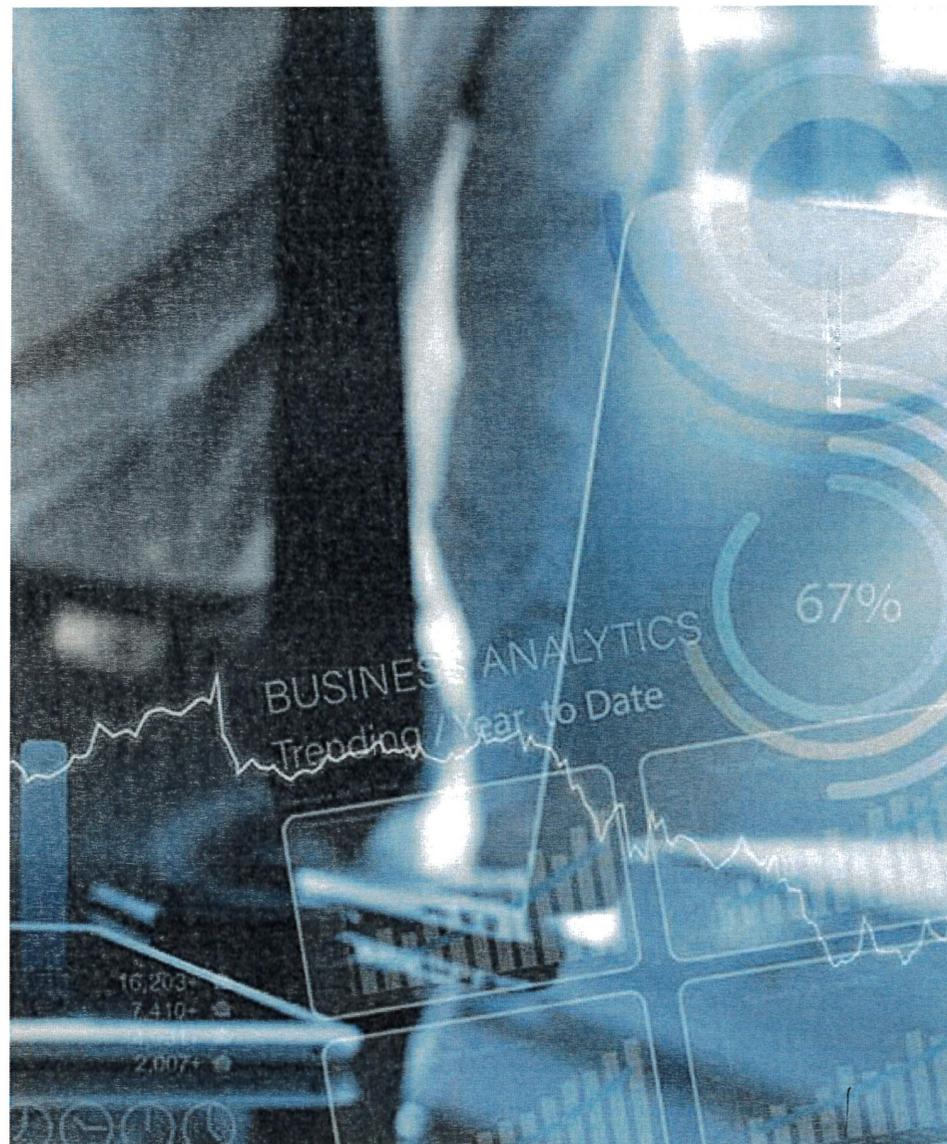
## VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	5 247 369	10,2945
31.12.2024	5 168 913	10,2107
30.06.2025	5 122 610	10,1593

## OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O fundo não recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados.





i m | g | a |

## Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho 2025



(valores em Euro) EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		30-06-2025	31-12-2024
<b>Operações Cambiais</b>			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Operações Sobre Cotações</b>			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Compromissos de Terceiros</b>			
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		30-06-2025	31-12-2024
<b>Operações Cambiais</b>			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Operações Sobre Cotações</b>			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Compromissos Com Terceiros</b>			
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		



CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		30-06-2025	30-06-2024			30-06-2025	30-06-2024
	<b>Custos e Perdas Correntes</b>				<b>Proveitos e Ganhos Correntes</b>		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	41 537	44 094
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	2 286	2 578
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	261	259		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	34 099	34 626	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5 157	2 103	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	47 168	29 591
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais	1 359	
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	2 639	2 672	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	818	80
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>93 168</u>	<u>76 343</u>
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1 220	1 230				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>43 376</u>	<u>40 890</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<b>Custos e Perdas Eventuais</b>				<b>Proveitos e Ganhos Eventuais</b>		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	<b>Resultado Líquido do Período (se&gt;0)</b>	<u>49 793</u>	<u>35 454</u>	66	<b>Resultado Líquido do Período (se&lt;0)</b>		
	<i>TOTAL</i>	<u>93 168</u>	<u>76 343</u>		<i>TOTAL</i>	<u>93 168</u>	<u>76 343</u>
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	83 287	71 323	F - E	Resultados Eventuais		
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	1 359		B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	49 793	35 454
B-A	Resultados Correntes	49 793	35 454	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	49 793	35 454



(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-25		30-jun-24	
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>				
RECEBIMENTOS:				
PAGAMENTOS:		96 096		180 405
Resgates de unidades de participação	20 461		2 000	
Rendimentos pagos aos participantes	75 634		178 405	
<b>Fluxo das operações sobre as unidades do OIC</b>		<b>(96 096)</b>		<b>(180 405)</b>
<b>OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</b>				
RECEBIMENTOS:		1 074 857		236 214
Venda de títulos e outros ativos	103 384		193 007	
Reembolso de títulos e outros ativos	935 000		0	
Juros e proventos similares recebidos	36 473		43 208	
PAGAMENTOS:		1 027 807		303
Compra de títulos e outros ativos	1 027 531		0	
Outras taxas e comissões	10		8	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	267		296	
<b>Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos</b>		<b>47 050</b>		<b>235 911</b>
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>				
RECEBIMENTOS:		0		0
PAGAMENTOS:		1 230		308
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	1 230		308	
<b>Fluxo das operações a prazo e de divisas</b>		<b>(1 230)</b>		<b>(308)</b>
<b>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</b>				
RECEBIMENTOS:		4 027		0
Juros de depósitos bancários	4 027		0	
PAGAMENTOS:		38 846		36 018
Comissão de gestão	35 226		32 299	
Comissão de depósito	1 609		1 637	
Taxa de supervisão	716		700	
Impostos e taxas	1 296		1 382	
<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>		<b>(34 820)</b>		<b>(36 018)</b>
<b>OPERAÇÕES EVENTUAIS</b>				
RECEBIMENTOS:		818		160
Ganhos extraordinários	0		80	
Outros recebimentos de operações eventuais	818		80	
PAGAMENTOS:				
<b>Fluxo das operações eventuais</b>		<b>818</b>		<b>160</b>
<b>SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)</b>		<b>(84 277)</b>		<b>19 340</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)</b>		<b>199 444</b>		<b>199 157</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)</b>		<b>115 167</b>		<b>218 497</b>





i m | g | a |

## Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho 2025



## INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Financial Bonds 3,5Y – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 9 de março de 2023, tendo iniciado a sua atividade a 1 de junho de 2023.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



### 1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de dez euros cada, à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo como base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 30 de junho de 2025, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2024	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	30-06-2025
Valor base	5 062 290	-	( 20 000)			5 042 290
Diferença p/Valor Base	( 189)	-	( 461)			( 651)
Resultados acumulados	150 039			135 179		106 813
Resultados do período	135 179			( 135 179)	49 793	49 793
SOMA	5 168 913	-	( 20 461)	-	49 793	5 122 610
Nº de Unidades participação	506 229	-	( 2 000)			504 229
Valor Unidade participação	10.2107		10.2307			10.1593

Em 30 de junho de 2025 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A		
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2025	30-06-25	10.1593	5 122 610	504 229
	31-03-25	10.2606	5 173 660	504 229
Ano 2024	31-12-24	10.2107	5 168 913	506 229
	30-09-24	10.1595	5 146 071	506 529
	30-06-24	10.0140	5 102 418	509 529
	31-03-24	10.3199	5 260 348	509 729
Ano 2023	31-12-23	10.2945	5 247 369	509 729
	30-09-23	10.0433	5 119 327	509 729
	30-06-23	9.9339	5 063 554	509 729
	31-03-23	-	-	-

Em 30 de junho de 2025, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	3
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	-
0.5% ≤ UPs < 2%	33
UPs < 0.5%	76
TOTAL	112

## 3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
ABN AMRO BANK NV 3.875% 21/12/26	409 702	-	(362)	409 340	8 111	417 451
AIB Group PLC Var 04/07/26	246 493	3 530	-	250 023	8 963	258 986
Banco de Sabadell SA Var 08/09/26	199 276	1 814	-	201 090	8 688	209 778
Banco Santander SA Var 27/09/26	197 830	2 748	-	200 578	5 482	206 060
Bank of America Corp Var 27/10/26	236 913	12 783	-	249 695	3 284	252 979
Bankinter SA 0.875% 08/07/26	180 712	16 646	-	197 358	1 712	199 070
Barclays Plc Var 31/01/27	191 652	8 984	-	200 636	2 371	203 007
BNP Paribas Var 23/01/27	189 144	10 658	-	199 802	1 840	201 642
BPCE SA 1.375% 23/03/26	186 444	12 504	-	198 948	746	199 694
CaixaBank 0.375% 18/11/26	280 953	16 782	-	297 735	690	298 425
Danske Bank A/S Var 17/02/27	229 993	18 605	-	248 598	1 253	249 850
Deutsche Bank AG Var 03/09/26	184 648	14 966	-	199 614	2 260	201 874
Erste Group Bank AG 0.875% 22/05/26	184 962	12 736	-	197 698	187	197 885
HSBC Holdings PLC Var 13/11/26	228 028	20 178	-	248 205	485	248 690
KBC Group NV Var 10/09/26	182 610	16 546	-	199 156	201	199 357
Natwest Markets PLC 1.375% 02/03/27	181 480	15 402	-	196 882	904	197 786
Nykredit Realkredit AS 0.75% 20/01/27	351 123	19 373	-	370 496	1 257	371 753
Societe Generale 0.875% 01/07/26	181 566	15 734	-	197 300	1 745	199 045
Wells Fargo & Company 1.375% 26/10/26	228 995	17 975	-	246 970	2 326	249 296
	4 272 522	237 963	(362)	4 510 123	52 505	4 562 629
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Citigroup, Inc 2.125% 10/09/26	243 968	5 362	-	249 330	4 265	253 595
UBS Group AG Var 03/11/26	178 480	20 068	-	198 548	327	198 875
	422 448	25 430	-	447 878	4 592	452 470
<b>TOTAL</b>	<b>4 694 970</b>	<b>263 393</b>	<b>(362)</b>	<b>4 958 001</b>	<b>57 097</b>	<b>5 015 098</b>

#### 4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

##### Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

##### Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.



- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
  - Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

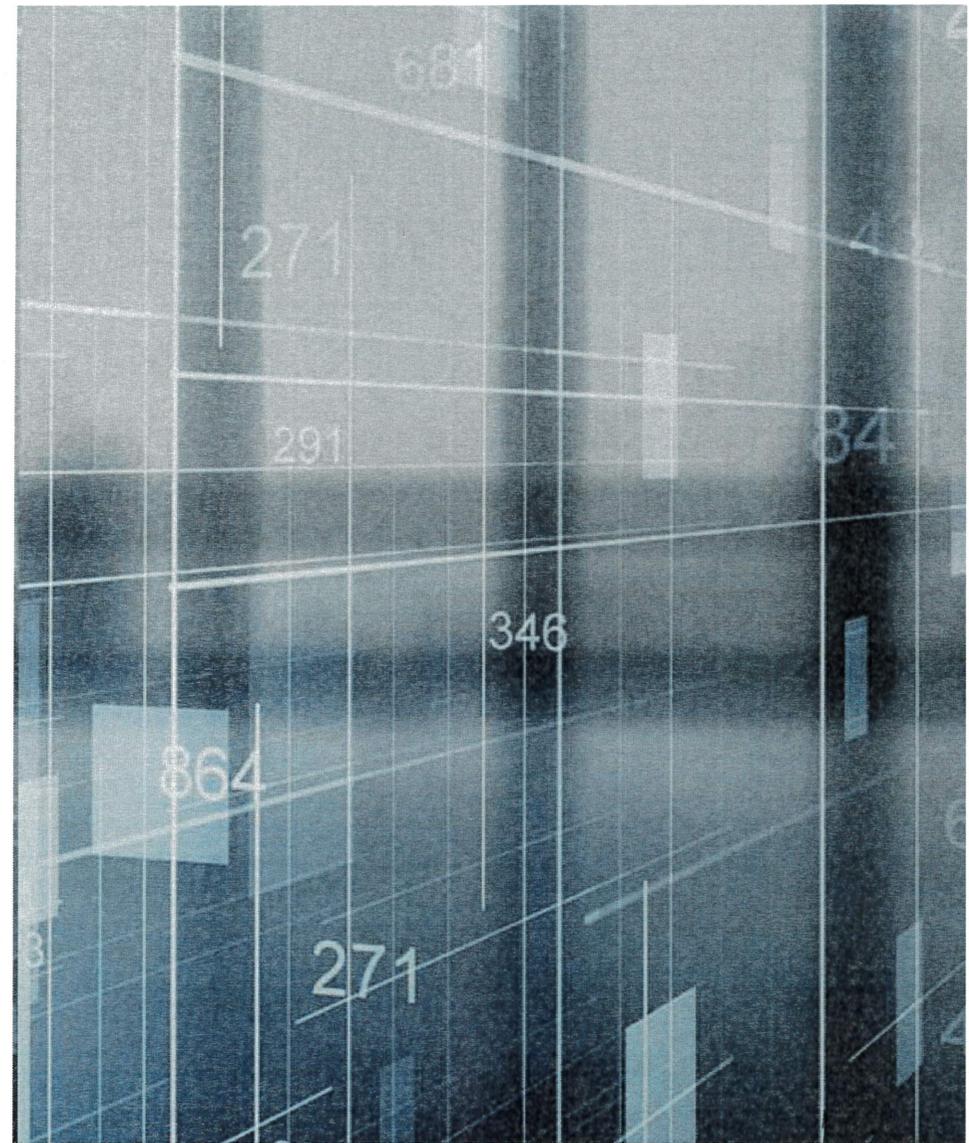
Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterada pela retificação, nº12/2015, de 11/03), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



## 12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2025, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	3 127 102	-	-	-	-	3 127 102
de 1 a 3 anos	1 887 996	-	-	-	-	1 887 996
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

## 15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2025 apresentam a seguinte composição:

Custos	Categoria A	
	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	33 305	1.30%
Comissão de Depósito	1 599	0.06%
Taxa de Supervisão	600	0.02%
Custos de Auditoria	1 220	0.05%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	1 292	0.05%
Outros Custos Correntes	189	0.01%
<b>TOTAL</b>	<b>38 205</b>	
<b>TAXA DE ENCARGOS CORRENTES</b>	<b>1.50%</b>	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



## Relatório de auditoria

### Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Financial Bonds 3,5Y - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 5 130 266 euros e um total de capital do OIC de 5 122 610 euros, incluindo um resultado líquido de 49 793 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Financial Bonds 3,5Y - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações, gerido pela IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

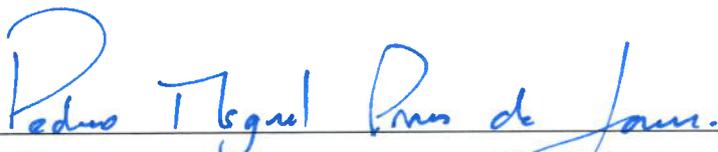
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Sobre o Relatório de gestão**

Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de agosto de 2025



---

**Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A**

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)